

# Simpósio Temático 18

Laís Villela Lavinas  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

**Título da Comunicação:** Aloísio Magalhães e Ditadura: Desenvolvimento e Legitimação

**RESUMO:** O trabalho tem como principal objetivo ponderar como o patrimônio cultural e histórico foi utilizado pelo governo brasileiro para valorizar a idéia de nação e para se legitimar. A análise começará a partir do início do regime ditatorial e se estenderá até o começo da Nova República. O estudo será desenvolvido a fim de captar quais ferramentas foram usadas durante o regime para construir a imagem de um país coeso, culto e civilizado. Quer se entender como a preservação dos patrimônios culturais ajudou a solidificar a idéia de nação para a população brasileira, fazendo com que o regime mantivesse sua legitimação perante a sociedade. Além disso, a ditadura, também, usa as políticas culturais, principalmente as relacionadas com a proteção dos bens culturais, como incentivo ao desenvolvimento econômico e social do país, conseguindo, assim, abafar a crise econômica e social enfrentada pelo regime no início de sua distensão. A escolha do espaço temporal do governo militar se justifica por ser um período de fortes conflitos sociais, em que o governo se vê obrigado a tomar medidas para se legitimar, além disso, é um período também de grande crescimento econômico e social. Durante os anos militares, o Brasil conseguiu ampliar a concepção de “povo brasileiro”. Portanto, o presente trabalho vem buscar na análise teórica, através dos bens culturais e históricos, como se deu esse processo de mudança da visão de nação. Assim como, delinear quais foram as principais mudanças produzidas na área da preservação cultural brasileira e como elas influenciaram a constituição da memória nacional.

Concluiu-se que, de uma maneira em geral, a memória da ditadura militar não é positiva. Trazendo mais as lembranças que ressaltam o autoritarismo e a repressão do regime do que as que evidenciam o crescimento social e econômico do país. Contudo, ao analisar a esfera cultural, pode-se afirmar que a memória é mais positiva do que negativa. O trabalho desenvolvido por Aloísio Magalhães e as instituições por ele comandadas evidenciam uma nítida preocupação em melhorar, desenvolver e democratizar as políticas culturais. Há uma genuína preocupação em incentivar o crescimento econômico e social do país, sendo que a cultura seria utilizada como instrumento de auxílio, seja através do turismo cultural e/ou como fornecedora de referenciais materiais e simbólicos para a criação de adequadas soluções para o desenvolvimento do país. Percebe-se uma clara evolução no tratamento das questões culturais pelo o Estado, já que se criam direitos civis direcionados a esse campo e altera-se a forma de estruturação e aplicação das políticas culturais. A Constituição de 1988 ganha os artigos 215 e 216, a sociedade torna-se parceira do Estado no que tange o planejamento e o gerenciamento das políticas culturais. Criam-se novos conceitos dentro da área cultural, assim como alteram a noção de patrimônio histórico brasileira, proporcionando a inclusão social. Há, ainda, a introdução do conceito de bem cultural imaterial.